



PROCESSO

Nº 020/21

14

m3

PRIME

BENEFÍCIOS EM CARTÕES

COTAÇÃO**A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO**

Divisão de Planejamento, Gestão e Finanças DADOS DA EMPRESA	
Empresa PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	
Endereço: Calçada Canopo, nº 11, 2º andar, Sala 03 – Centro Apoio II, Bairro Alphaville	
Santana do Parnaíba / SP - CEP 06502-160	
Tel (19) 3518-7000 Ramal 7022 – E-mail: contratos@primebeneficios.com.br	
CNPJ nº 05.340.639/0001-30 Insc. Estadual nº 623.051.405.115 Inscr. Municipal nº 72270	
Banco do Brasil (001) – Conta Corrente 86151-0 – Ag. 0052-3 (Campinas/SP)	

OBJETO: Contratação de serviço de administração, gerenciamento e intermediação do abastecimento da frota de veículos da Câmara Municipal de Nova Friburgo por cartão magnético, em rede de postos credenciados, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento.

PLANILHA ESTIMATIVA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS				
DESCRIÇÃO	QUANTIDADE ANUAL	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO UNIDADE	VALOR ESTIMADO ANUAL
GASOLINA COMUM	24.000	LITROS	R\$ 4,98	R\$ 119.520,00
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (%)				3,00%

Taxa de administração de 3,00% (três por cento), a ser aplicada ao valor estimado.

Declaramos:

A validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias corridos.

O preço cotado inclui todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes da contratação desta licitação, tais como custos diretos e indiretos, tributos incidentes, materiais, equipamentos, encargos sociais, trabalhistas – respeitados os pisos salariais da categoria – e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto cotado.

*Orçamento valido apenas para efeito de abertura de Processo Licitatório, não tem validade para contratação direta e/ou emergencial.

Santana do Parnaíba/SP, 28 de janeiro de 2021


PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA

Andressa Cristina Cordeiro

RG: 40.053.259-1

CPF: 361.950.468-76

TEL. (19) 3518-7021

E-MAIL: andressa.cordeiro@primebeneficios.com.br

www.primebeneficios.com.br

Rua Açu, 47- Alphaville Empresarial
Campinas / SP | CEP: 13098-335 | (19) 3518-7000

À

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO (RJ)

Ref.: COTAÇÃO – GESTÃO DE FROTA/ABASTECIMENTO



A Trivale Administração Ltda, CNPJ 00.604.122/0001-97, Inscrição Estadual nº 001756068.00-20, sediada à Rua Machado de Assis, 904, bairro Centro na cidade Uberlândia/MG, por intermédio de seu representante legal, o Sr. Reginaldo Sérgio de Castro, portador da cédula de identidade nº 1.719.991 SSP/DF e CPF nº 003.042.156-00, apresenta cotação abaixo:

OBJETO: Contratação de serviço de administração, gerenciamento e intermediação do abastecimento da frota de veículos da **CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO (RJ)**, por cartão magnético, em rede de postos credenciados, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas em termo de referência.

CONDIÇÕES DESSA COTAÇÃO:

- Valor anual estimado de consumo: R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);
- Taxa de administração ofertada: 2,00% (dois por cento);
- Declaramos que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;
- Condição de pagamento: 30 (trinta) dias a partir da data de emissão da nota fiscal;
- Validade desta cotação: 60 (sessenta) dias após a data de emissão.

Informamos que a cotação apresentada tem finalidade apenas de fornecer subsídios para pesquisa de mercado e, portanto não representa interesse em contratar.

Uberlândia (MG), 27 de janeiro de 2021.



Trivale Administração Ltda
CNPJ: 00.604.122/0001-97
Reginaldo Sérgio de Castro
Gerente de Negócios de Mercado Público



FORMULÁRIO DE COTAÇÃO PRÉVIA DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 020121 FLS 47
CPL

NOME DA EMPRESA: VALE SHOP

RAZÃO SOCIAL: TRIPAR BSB ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA

CNPJ: 02.561.118/0001-14

ENDEREÇO COMPLETO: SHCN CR QUADRA 502, BLOCO B, SALAO 301 -
ASA NORTE - CEP - 70720-502 - BRASILIA/DF

TELEFONES: 21- 97047-8992 - 21-2025-1960

E-MAIL: MISOARES@VALESHOP.COM.BR

NOME DA PESSOA DE CONTATO: MARCIO SOARES RIBEIRO

PRODUTOS / SERVIÇOS COTADOS: CARTÃO COMBUSTÍVEL

Objeto: Contratação de serviço de administração, gerenciamento e intermediação do abastecimento da frota de veículos da Câmara Municipal de Nova Friburgo por cartão magnético, em rede de postos credenciados, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas no Termo de Referência anexo.

Descrição	Quantidade anual Estimada	Preço	Preço Anual
Gasolina Comum	24.000 litros	R\$ 4,98	R\$ 119.520,00

Taxa de Administração/percentual de desconto (em porcentagem) 5%

TOTAL ANUAL: R\$ 125.496,00

O valor do combustível foi calculado com base no preço médio obtido no levantamento de preços realizado pela ANP (Agência Nacional do Petróleo) para gasolina comum calculada a média do Estado do Rio de Janeiro no período de 10/01/2021 a 16/01/2021.

Demanda Estimada: 2.000 mil litros por mês, totalizando 24.000 litros em 12 meses.

Número de cartões a fornecer: 14 (quatorze), 13 (treze) veículos e 01 (um) cartão reserva.

Independente do valor creditado em cada cartão, a Contratante pagará somente a gasolina que foi efetivamente consumida, a cada mês.



A taxa de Administração a ser cobrada incidirá sobre o valor do abastecimento e poderá ser igual, superior ou inferior a 0 (zero) %.

Validade da proposta: 60 dias



Ressalto que no valor da cotação devem estar inclusas todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, honorários, taxas, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados e/ou credenciados, no desempenho dos serviços objeto desta cotação.

Rio de Janeiro, 28 de Janeiro de 2021

02.561.118/0001-14

TRIPAR BSB ADM. DE CARTÕES LTDA.

SHCN CR, QUADRA 502, BLOCO D
Nº 23, 3º ANDAR, ASA NORTE
CEP 70.720-502

BRASÍLIA - DF

TRIPAR BSB ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA

CNPJ - 02.561.118/0001-14

Márcio Soares Ribeiro

Executivo Comercial Mat. 210

➤ PREGÃO ELETRÔNICO



PODER JUDICIÁRIO
 Justiça Federal
 Justiça Federal de Primeira Instância/MT

Termo de Adjudicação do Pregão Eletrônico
 Nº 00029/2020

Às 10:13 horas do dia 01 de dezembro de 2020, após analisado o resultado do Pregão nº 00029/2020, referente ao Processo nº 46038220204018009, o pregoeiro, Sr(a) EDUARDO RODRIGUES FERREIRA, ADJUDICA aos licitantes vencedores os respectivos itens, conforme indicado no quadro Resultado da Adjudicação.

****OBS:** Itens com recursos serão adjudicados pela Autoridade competente e constarão no termo de julgamento.

Resultado da Adjudicação

GRUPO 1

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Equiparada

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Critério de Valor: R\$ 48.256,6900

Situação: Adjudicado

Adjudicado para: PANTANAL GESTAO E TECNOLOGIA LTDA , pelo melhor lance de R\$ 47.774,1231 .

Itens do grupo:

- 1 - Administração / Gerenciamento-Manutenção Veículo Automotivo
- 2 - Administração / Gerenciamento-Manutenção Veículo Automotivo
- 3 - Administração / Gerenciamento-Manutenção Veículo Automotivo
- 4 - Administração / Gerenciamento-Manutenção Veículo Automotivo

Item: 1 - GRUPO 1

Descrição: Administração / Gerenciamento-Manutenção Veículo Automotivo

Descrição Complementar: Administração , gerenciamento-manutenção veículo automotivo - Fornecimento de combustível - anol

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Equiparada

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Quantidade: 2.000

Valor Estimado: R\$ 5.734,2600

Situação: Adjudicado

Unidade de fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances: -

Adjudicado para: PANTANAL GESTAO E TECNOLOGIA LTDA , pelo melhor lance de 1,0000 % (valor com desconto: R\$ 5.676,9174) .

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Adjudicado	01/12/2020 10:13:34	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor: PANTANAL GESTAO E TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/CPF: 18.009.871/0001-31, Melhor lance: 1,0000 %

Item: 2 - GRUPO 1

Descrição: Administração / Gerenciamento-Manutenção Veículo Automotivo

Descrição Complementar: Administração , gerenciamento-manutenção veículo automotivo - Fornecimento de combustível - Gasolina Comum

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Equiparada

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Quantidade: 4.500

Unidade de fornecimento: Unidade

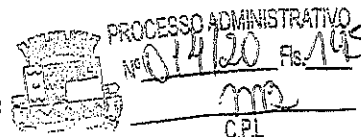
20/01/2021

COMPASNET - O SITE DE COMPRAS DO GOVERNO

Valor Estimado: R\$ 20.094,8800

Situação: Adjudicado

Intervalo Mínimo entre Lances:



Adjudicado para: PANTANAL GESTAO E TECNOLOGIA LTDA , pelo melhor lance de 1,0000 % (valor com desconto: R\$ 19.893,9312) .



Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Adjudicado	01/12/2020 10:13:34	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor: PANTANAL GESTAO E TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/CPF: 18.009.871/0001-31, Melhor lance: 1,0000 %

Item: 3 - GRUPO 1

Descrição: Administração / Gerenciamento-Manutenção Veículo Automotivo

Descrição Complementar: Administração , gerenciamento-manutenção veículo automotivo - Fornecimento de combustível - Diesel Comum

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Equiparada

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Quantidade: 2.500

Valor Estimado: R\$ 9.140,8500

Situação: Adjudicado

Unidade de fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances: -

Adjudicado para: PANTANAL GESTAO E TECNOLOGIA LTDA , pelo melhor lance de 1,0000 % (valor com desconto: R\$ 949,4415) .

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Adjudicado	01/12/2020 10:13:34	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor: PANTANAL GESTAO E TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/CPF: 18.009.871/0001-31, Melhor lance: 1,0000 %

Item: 4 - GRUPO 1

Descrição: Administração / Gerenciamento-Manutenção Veículo Automotivo

Descrição Complementar: Administração , gerenciamento-manutenção veículo automotivo - Fornecimento de combustível - Diesel S-10

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Equiparada

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Quantidade: 3.500

Valor Estimado: R\$ 13.286,7000

Situação: Adjudicado

Unidade de fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances: -

Adjudicado para: PANTANAL GESTAO E TECNOLOGIA LTDA , pelo melhor lance de 1,0000 % (valor com desconto: R\$ 13.153,8330) .

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Adjudicado	01/12/2020 10:13:34	Adjudicação individual da proposta. Fornecedor: PANTANAL GESTAO E TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/CPF: 18.009.871/0001-31, Melhor lance: 1,0000 %

Fim do documento



CÂMARA MUNICIPAL
CASIMIRO DE ABREU

Trabalho, responsabilidade e cidadania

Procuradoria Jurídica

CONTRATO Nº 012/2019



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 020/21 PD-27

ma
CPL

Publicado no Jornal
Edição n.º de 21/05/2019
Em 21/05/2019

Contrato nº 012/2019 de prestação de serviços que entre si fazem a Câmara Municipal de Casimiro de Abreu e a firma **PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA**, objeto da Licitação sob a Modalidade Pregão Presencial nº 005/2019, na forma abaixo:

A **CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU**, inscrita no CNPJ sob o nº 30.407.084/0001-43, estabelecida na Praça Feliciano Sodré, nº 384, Centro, Casimiro de Abreu/RJ, doravante denominada **CÂMARA**, representada neste ato pelo seu Presidente, o Vereador **OZILEI ALVES MOREIRA**, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 08483035-5, expedida pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 006.464.627-09, e, de outro lado a firma **PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Calçada Canopo, nº 11, 2º andar, sala 03, Bairro Alphaville – Centro de Apoio II, Santana do Parnaíba/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.340.639/0001-30; aqui denominada **CONTRATADA**, representada por sua Procuradora Sra. **RENATA NUNES FERREIRA**, portadora da Carteira de Identidade nº 48.537.010-4, expedida pelo SSP/SP, inscrita no CPF sob o nº 371.237.228-40, têm entre si na conformidade do que consta no processo administrativo nº 1.011/2018 e do conseqüente procedimento licitatório sob a modalidade Pregão Presencial nº 005/2019, com base no que dispõe o artigo 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, artigo 11, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, justo e acordado o presente contrato, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato fundamenta-se nas disposições das Leis Federais nº 10.520/02 nº 8.666/93, demais alterações posteriores e normas regulamentares aplicável à espécie, e ainda pelas disposições que a complementar, alterar ou regulamentar, cujas normas, desde já, entende-se como integrantes do presente instrumento. A **CONTRATADA** declara conhecer todas essas normas e concorda em sujeitar-se às estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes mesmo que não expressamente transcritas no instrumento.

Parágrafo Primeiro - O presente contrato está vinculado ao Edital e em todos os Anexos do Pregão Presencial nº 005/2019, bem como à proposta da **CONTRATADA**, na conformidade do que consta no processo administrativo mencionado em epígrafe, estando todos vinculados de forma total e plena, para cuja execução, exigir-se-á rigorosa obediência ao instrumento convocatório.

Parágrafo Segundo – Obriga-se a **CONTRATADA** a manter, durante toda a execução do serviço do presente instrumento de Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à **CONTRATANTE** a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

A **CONTRATADA**, por força do presente contrato, se obriga a **Prestação de Serviços de Gerenciamento do Abastecimento e Fornecimento de Combustíveis (Gasolina e GNV)**, por meio de Sistema Informatizado e Integrado que possibilite o abastecimento dos veículos que compõe a frota da Câmara Municipal de Casimiro de Abreu, com utilização de cartão magnético com microchip, com monitoramento via ambiente WEB, que garantirá controle eficaz dos recursos empregados, observadas as especificações e a descrições estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência do Edital de Licitação Pregão Presencial nº 005/2019 e da Proposta que foi apresentada durante a licitação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DESCRIÇÃO DO OBJETO QUE COMPÕE O CONTRATO



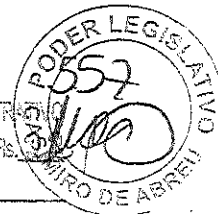
CÂMARA MUNICIPAL
CASIMIRO DE ABREU

Trabalho, responsabilidade e cidadania

Procuradoria Jurídica

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 020121

CPL



Atualmente, a CÂMARA está trabalhando com uma Frota composta dos seguintes veículos:

Nº ORDEM	QUANT.	VEÍCULO	PLACA
01	01	FIAT GRAND SIENA 1.4 8V TETRAFUEL 2013/2014	KPU 4783
02	01	FIAT GRAND SIENA 1.4 8V TETRAFUEL 2013/2014	LRB 6795
03	01	FIAT GRAND SIENA 1.4 8V TETRAFUEL 2014/2015	LUF 5543
04	01	FIAT GRAND SIENA 1.4 8V TETRAFUEL 2014/2015	LRV 6874
05	01	FIAT GRAND SIENA 1.4 8V TETRAFUEL 2015/2016	KWZ 8097
06	01	FIAT GRAND SIENA 1.4 8V ATTRACTIVE 2018/2019	LMQ 3J22
07	01	FIAT GRAND SIENA 1.4 8V ATTRACTIVE 2018/2019	LRJ 8H84
08	01	FIAT GRAND SIENA 1.4 8V ATTRACTIVE 2018/2019	LMS 3I36
09	01	FIAT GRAND SIENA 1.4 8V ATTRACTIVE 2019/2019	Chassi: 9BD19713HK3372611
10	01	FIAT GRAND SIENA 1.4 8V ATTRACTIVE 2019/2019	Chassi: 9BD19713HK3373268

A Prestação de Serviços a ser executada pela CONTRATADA, após a solicitação da CÂMARA, será o descrito abaixo:

ITEM	QUANT. VEÍCULOS	TIPO DE COMBUSTÍVEL	PREVISÃO DA QUANTIDADE ESTIMADA PARA OS 12 MESES	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO	PREÇO GLOBAL MÁXIMO ESTIMADO
01	10	GASOLINA COMUM	32.490 L	R\$ 4,94	R\$ 160.500,60
01	05	GÁS NATURAL VEICULAR - GNV	23.203 M³	R\$ 4,15	R\$ 96.292,45
PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO (A)					R\$ 256.793,05

ITEM	DESCRIÇÃO	TAXA/PERCENTUAL (%)	PREÇO DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (B)
01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DO ABASTECIMENTO E FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS (GASOLINA E GNV), POR MEIO DE SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO.	0,90 %	R\$ 2.311,14
PREÇO TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (A+B)			R\$ 259.104,19

CLÁUSULA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A Prestação dos Serviços do objeto do presente contrato cumprirá as condições:

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA, por força do presente contrato, se obriga a execução do Objeto destinado a atender à Câmara Municipal de Casimiro de Abreu/RJ, observadas as especificações e a descrições estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência e seus anexos do Edital de Licitação Pregão nº 005/2019 e da Proposta que foi apresentada durante a licitação, a contar da data da assinatura do presente contrato pelo período de 12(doze) meses, podendo ser prorrogado ou alterado, por Termo Aditivo, de comum acordo entre as partes, desde que não implique em modificação do objeto do contrato.

Parágrafo Segundo – O serviço obedecerá fiel e integralmente a todas as exigências, normas, itens, elementos, especificações, condições gerais e especiais, e instruções fornecidas pela CÂMARA ou constantes do processo, do Edital e seus respectivos Anexos.

Parágrafo Quarto – A CONTRATADA ficará responsável pela prestação dos seguintes serviços a seguir:



CÂMARA MUNICIPAL
CASIMIRO DE ABREU

Trabalho, responsabilidade e cidadania

Procuradoria Jurídica

PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 020/2011
Fls. 12



I – Gerenciamento do Abastecimento e Fornecimento de Combustíveis em atendimento a Câmara Municipal.

II – Implantação do Sistema Tecnológico Integrado, na Sede da CONTRATADA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, devendo constituir-se em um aplicativo de gestão de combustíveis e demais serviços integrados a um sistema de cartão de pagamento magnético, com microchip, que emita relatórios gerenciais e permita a definição de parâmetros de controle on line para toda a frota, por veículo.

III – Programa de capacitação de pessoal para o(s) gestor(es) envolvidos na utilização do Sistema Tecnológico Integrado, no prazo de 02 (dois) dias úteis, incluído: a) Operações de Cadastramento, parametrização dos Cartões e limite de crédito; b) Detalhamento dos procedimentos para utilização do Software de Gestão e Emissão de Relatórios; c) Informações relativas a eventuais falhas operacionais e providências necessárias para saná-las; d) Aplicação prática do Sistema; e) Outras informações julgadas oportunas e necessárias para a correta utilização do sistema.

IV – Disponibilizar gratuitamente Cartão Magnético Nominal para cada veículo com microchip, validado por meio de senha durante a execução de qualquer operação realizada na rede de postos credenciados, do qual deverá constar a placa e modelo do veículo.

V – Disponibilizar Relatórios mensais dos preços praticados nos Postos que abasteceram a Frota, em R\$ / Litro / m³, por tipo de combustível, em ordem crescente de valores, identificando o Posto de Abastecimento.

VI – Deverá prestar suporte técnico a CONTRATADA, através de Serviço de Atendimento ao Cliente, por telefone ou Internet, devendo ter uma central de atendimento que permita o acesso através de ligação local, com atendimento 24 horas, todos os dias do ano, não sendo aceito sistema de atendimento eletrônico.

Parágrafo Quinto – A Prestação de Serviços realizada pela empresa **CONTRATADA** obedecerá fiel e integralmente:

I - Atenderá a CÂMARA de forma consecutiva, pelo preço contratado, os serviços do Objeto deste Edital, segundo as necessidades e requisitos;

II - Atenderá a CÂMARA, no prazo imediato, a contar do recebimento do Termo de Autorização de Prestação de Serviços, do item contratado e nos padrões estabelecidos, sem quaisquer ônus para a Contratante;

III - Deverá efetuar de forma imediata, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado do recebimento, e totalmente às suas custas, sem qualquer ônus para a CÂMARA, a substituição da execução dos serviços do(s) item(ns) contratados, que por quaisquer razões tenha(m) sido executado(s), fora dos padrões estabelecidos no edital e seus anexos.

Parágrafo Sexto – Obriga-se a **CONTRATADA** a manter, durante a execução do presente instrumento de Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Pela execução do objeto, a **CÂMARA** pagará à **CONTRATADA** o preço total de R\$ 256.793,05 (Duzentos e cinquenta e seis mil setecentos e noventa e três reais e cinco centavos), correspondente ao fornecimento de abastecimento de Gasolina Comum e Gás Natural Veicular, de acordo com a Proposta da empresa **CONTRATADA** correspondente ao resultado referencial total do item apresentado quando da participação no procedimento licitatório originário.

Pela execução do objeto, a **CÂMARA** pagará à **CONTRATADA** o preço total de R\$ 2.311,14 (Dois trezentos e onze reais e quatorze centavos), correspondente a **TAXA DE ADMINISTRAÇÃO**, no percentual de 0,90%, referente a Prestação de Serviços de Gerenciamento do abastecimento e



CÂMARA MUNICIPAL
CASIMIRO DE ABREU

Trabalho, responsabilidade e cidadania

Procuradoria Jurídica

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 020/21 Fls. 22



fornecimento de combustíveis, de acordo com a Proposta da empresa **CONTRATADA** correspondente ao resultado referencial total do item apresentado quando da participação no procedimento licitatório originário.

Parágrafo Primeiro – No preço acima estipulado já estão inclusos todas as taxas, encargos, impostos, fretes, carregamento e descarregamento, seguros e demais despesas inerentes a Prestação de Serviço do objeto contratado.

Parágrafo Segundo - O valor por litro de cada combustível disponibilizado não poderá ultrapassar o valor constante para a região de Macaé no Sistema de Levantamento de Preços da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis).

Parágrafo Terceiro – As medições serão efetuadas quinzenais e o Responsável pelo Setor de Transporte da **CÂMARA** deverá apresentar requerimento de solicitação de pagamento, de acordo com o Relatório apresentado pela **CONTRATADA**, qual coisa descreva todas as transações efetuadas na referida quinzena de acordo com o Fornecimento e a Prestação de Serviços realizada, discriminando o serviço, abastecimentos, quantidades, o preço unitário de acordo com a proposta vencedora e seu preço total, e posterior apresentação da **Nota Fiscal Eletrônica – NF-e**, sendo encaminhada para o pagamento, a(s) qual(is) será(ão) conferida(s) e atestada(s) por 2 (dois) servidores da **CÂMARA**, que não o ordenador da despesa, posteriormente encaminhada para pagamento, em até 15 (quinze) dias úteis, sendo processado em conformidade com a legislação vigente.

Parágrafo Quarto - Na ocasião de cada pagamento a ser efetuado, observadas as condições específicas da **CONTRATADA**, aplicar-se-á, no que couber, o disposto na Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, na Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991 e na Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003 e Protocolo ICMS 42/2009 (NF-e), combinada com a correspondente Lei Municipal do local de Prestação dos serviços, com as alterações e regulamentações posteriores.

Parágrafo Quinto - No caso de a **CONTRATADA** ser enquadrada nas hipóteses de não retenção constante do Art. 4º, ou como pessoa jurídica amparada por medida Judicial constante do Art. 36, ambos da Instrução Normativa SRF nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança a comprovação exigida na referida Instrução Normativa, sob pena de retenção de tributos da fonte.

Parágrafo Sexto – O pagamento não será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços.

Parágrafo Sétimo – O Pagamento somente será efetuado mediante apresentação dos seguintes documentos:

I – Nota Fiscal Eletrônica – NF-e discriminando objeto licitado com as devidas especificações, quantidades, o preço unitário de acordo com a proposta vencedora e seu preço total;

II – Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

III – Certidão perante a Fazenda Estadual acompanhada da Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa;

IV – Certidão perante a Fazenda Municipal;

V – Certidão de Regularidade do FGTS;

VI – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

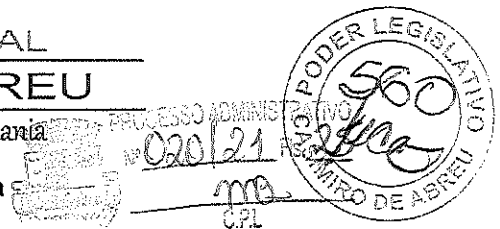
Parágrafo Oitavo – O pagamento será efetuado, quando em favor de pessoa jurídica, através de ordem bancária, depositada em conta corrente, devendo a empresa indicar o banco, agência bancária e o número de sua conta corrente para o devido pagamento, salientando que as despesas



CÂMARA MUNICIPAL
CASIMIRO DE ABREU

Trabalho, responsabilidade e cidadania

Procuradoria Jurídica



relativas a tarifas bancárias serão descontadas do preço a ser pago para posterior repasse à instituição financeira.

CLÁUSULA SEXTA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

Os preços apresentados na(s) Proposta(s) da(s) Empresa(s) vencedora(s), objeto do Contrato, permanecerão **irreajustáveis pelo período de 01 (um) ano**. No caso de haver prorrogação do Contrato, os preços poderão ser reajustados, de acordo com índices oficiais autorizados pelo órgão regulador, obedecendo a legislação em vigor, e em especial ao disposto na lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, respeitando a Dotação Orçamentária e aplicando-se no que couber a Lei de Responsabilidade Fiscal.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

A vigência do Contrato para a Prestação do Serviço do Objeto, tem como a *quo* a vigência da data de sua assinatura e encerrando-se no período de 12 (doze) meses, podendo por interesse das partes, ser prorrogado observado o disposto no Inciso II, do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Primeiro - O prazo de vigência do presente contrato poderá, a critério da **CÂMARA**, ser alterado por Termo Aditivo, de comum acordo entre as partes, desde que não implique em modificação do objeto do contrato.

Parágrafo Segundo – A **CONTRATADA** deverá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem, até 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado, conforme estabelecido no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Terceiro - Ao final do prazo contratual, não caberá à **CONTRATADA** o direito de exigir ao pagamento da(s) quantidade(s) estimada(s) do(s) item(ns) que porventura não vier(em) a ser solicitado(s) pela **CÂMARA**.

CLÁUSULA OITAVA – DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

A gestão e a fiscalização do objeto a que se refere o presente instrumento será executada sob a direção e responsabilidade do Sr. SILVIO ALMEIDA NOVAES, Motorista, servidor designado pela **CÂMARA**, o qual fica desde já autorizado(a) a representá-la em suas relações com a **CONTRATADA**, em matéria da Prestação de Serviços.

Parágrafo Único - A existência e atuação da gestão e fiscalização da **CÂMARA** em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da **CONTRATADA**, no que concerne a prestação dos serviços contratados, e às suas consequências e implicações, próximas ou remotas.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CÂMARA

Cabe à **CÂMARA**, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases da Prestação de Serviços e do comportamento do pessoal da **CONTRATADA**, sem prejuízo da obrigação desta, de fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados.

Parágrafo Primeiro - Proporcionar condições à **CONTRATADA** para que possa executar o objeto dentro das normas estabelecidas.

Parágrafo Segundo - Solicitar à **CONTRATADA** a substituição do Serviço que não apresentar condições de ser utilizado.

Parágrafo Terceiro - Notificar à **CONTRATADA** acerca de eventuais falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias e interromper imediatamente a Prestação de Serviços, se for o caso.

Parágrafo Quarto - A **CÂMARA** obriga-se a notificar, por escrito, à **CONTRATADA** da aplicação de qualquer sanção ou penalidade.



CÂMARA MUNICIPAL
CASIMIRO DE ABREU

Trabalho, responsabilidade e cidadania

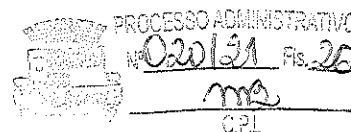


Procuradoria Jurídica

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas, objeto do presente Contrato, na importância prevista na Cláusula Quinta, correrão à conta do Programa de Trabalho nº 01.031.0001.2.330 - Elemento de Despesa 3.3.90.39.99.00.00.00.00.0001 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, e Programa de Trabalho 01.031.0001.2.330 - Elemento de Despesa 3.3.90.30.99.00.00.00.00.01.0001 – Material de Consumo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO



Constituem motivos para rescisão do Contrato:

- I – O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazo;
- II – O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazo;
- III – A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços nos prazos estipulados;
- IV – O atraso injustificado no início dos serviços parcelados;
- V – A paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- VI – A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contrato com outrem, a cessão ou a transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação não admitidas no edital e no Contrato;
- VII – O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar o serviço assim como a de seus superiores;
- VIII – O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do art. 67, da Lei nº 8.666, de junho de 1993;
- IX – A decretação de falências ou a instauração de insolvência civil;
- X – A dissolução da sociedade;
- XI – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do Contrato;
- XII – Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificados e determinados, pela máxima autoridade da esfera administrativa, exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;
- XIII – A supressão, por parte da administração de compras acarretando modificação no preço inicial do Contrato além do limite permitido no parágrafo primeiro, do art. 65, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993;
- XIV – A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração por prazo superior, a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo independentemente, do pagamento obrigatório de indenização, pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e outras previstas, assegurado a **CONTRATADA**, nestes casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- XV – A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

Parágrafo Primeiro – Os casos de rescisão contratual serão normalmente motivados nos autos do processo administrativo assegurados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Parágrafo Segundo - A rescisão do presente Contrato poderá ser:

- I – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos numerados nos incisos I a XV da presente cláusula;



CÂMARA MUNICIPAL
CASIMIRO DE ABREU

Trabalho, responsabilidade e cidadania

Procuradoria Jurídica



São considerados casos de força maior, para isenção de multas, quando o atraso na entrega do objeto contratado decorrer:

a) Calamidade Pública;

b) De outros que se enquadram no Código Civil Brasileiro, devidamente comprovado por laudo pericial da CÂMARA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PRERROGATIVAS

A **CONTRATADA** reconhece os direitos da CÂMARA relativos ao presente Contrato e também os abaixo elencados:

a) Modificar o contrato unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público;

b) Extinguir o contrato unilateralmente, nos casos especificados no inciso I, do artigo 79, da Lei nº 8.666/93;

c) Aplicar as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

A execução do contrato, bem, ainda, os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria Geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do art. 54 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Casimiro de Abreu com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente instrumento.

E assim, por haverem entre si ajustado e contratado, assinam o presente, a **CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU** e a **CONTRATADA**, nas pessoas de seus representantes legais, em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas relacionadas, para que produza os efeitos legais.

Casimiro de Abreu/RJ, 13 de maio de 2019.

CÂMARA MUNICIPAL DE CASIMIRO DE ABREU
OZILEI ALVES MOREIRA - Presidente

PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA
Representante Legal JOÃO MARCIO OLIVEIRA FERREIRA

Testemunhas:

1. Silvio Almeida Soares CPF: 074.058.197-02
2. [Assinatura] CPF: 303.512.107-31



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CONTRATO Nº 002/2020

TERMO DE **CONTRATO** QUE ENTRE SI FAZEM A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E A **EMPRESA PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA**, VENCEDORA DO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2019**, PARA CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DO ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS E LIMPEZA SIMPLES (LAVAGEM E ASPIRAÇÃO) DA FROTA DE VEÍCULOS DA ALES.

Pelo presente instrumento de **CONTRATO** e na melhor forma de direito, de um lado como **CONTRATANTE** a **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, com sede na Avenida Américo Buaiz, nº 205, Enseada do Suá, Palácio Domingos Martins, Vitória/ES, CEP 29050-950, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.046.217/0001-80, neste ato representado pelo seu Presidente **DEPUTADO ESTADUAL ERICK CABRAL MUSSO**, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 101.207.197-97, portador da Carteira de Identidade nº 1.400.675 SSP-ES, residente e domiciliado na Rua Ernesto Maioli, s/nº, Balneario Praia do Saue, Aracruz/ES, CEP: 29.195-000, e por outro lado como **CONTRATADA** a Empresa **PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.340.639/0001-30, com sede na Calçada Canopo, nº 11, 2º Andar, Sala 03, Centro de Apoio II, Alphaville, Santana de Parnaíba - SP, CEP: 06.502-160, neste ato representado por **LEONARDO HENRIQUE SENE**, inscrito no CPF/MF sob o nº 289.150.728-20, residente e domiciliado na Rua Açu, nº 47, Loteamento Alphaville Empresarial, Campinas - SP, CEP: 13.098-335 e considerando o resultado **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2019**, com a Proposta apresentada pela **CONTRATADA** datada de 04/11/2019, constantes do Processo Nº 191482, sujeitando-se a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** às normas disciplinares da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal 10520/02 e suas respectivas alterações posteriores e de conformidade com as seguintes Cláusulas e Condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1- O presente **CONTRATO** tem como objeto a Contratação do serviço de gerenciamento do abastecimento de combustíveis e limpeza simples (lavagem e aspiração) da frota de veículos, envolvendo a implantação e operação de um sistema informatizado, via Internet, de gestão de frota com a aquisição de combustíveis e serviços de lavagem, através da tecnologia de cartão eletrônico com ou sem chip, para os veículos automotores da frota desta Casa de Leis.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

2.1 - DA DESCRIÇÃO GERAL DO OBJETO:

2.1.1. Sistema tecnológico de gerenciamento integrado para viabilizar através dos cartões dos veículos, o pagamento das despesas com o abastecimento de combustíveis e serviços de lavagem de veículos junto à rede credenciada de postos varejistas de abastecimento.

2.1.2. A aquisição de combustíveis, através da tecnologia de cartão eletrônico com ou sem chip, para os veículos automotores da frota desta Casa de Leis.

2.1.3. Prestação de serviços de limpeza simples (lavagem e aspiração), através da tecnologia de cartão eletrônico com ou sem chip, para os veículos automotores da frota desta Casa de Leis.

2.1.4. Sistemas operacionais para o processamento das informações dos cartões e terminais eletrônicos periféricos do sistema.

2.1.5. Cartões eletrônicos destinados aos veículos, para o gerenciamento de informações da frota, sendo um para cada veículo, com saldo acumulativo, conforme disponibilidade de crédito.

2.1.6. Informatização dos dados de limpeza e de consumo de combustível, quilometragem, custos, identificação do veículo, identificação do motorista, datas e horários, local e tipos de combustíveis, valores da ANP e da bomba que deverão ser alimentados por meio eletrônico, e em base gerencial de dados permanentemente disponíveis para a **CONTRATANTE**, consolidando dados financeiros e operacionais da frota, com a emissão pela Web, conforme detalhamento descrito no item 2.5.

2.1.7. O sistema informatizado deverá disponibilizar relatórios customizáveis que possibilitem a geração e o cruzamento de informações necessárias à **CONTRATANTE**.

2.1.8. O sistema informatizado deverá disponibilizar bases de dados distintas contemplando informações de veículos ativos e veículos baixados.

2.1.9. O sistema deverá fornecer o saldo atual de forma automática após a inserção de crédito pela Contratante em cada cartão ou em lotes.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

2.1.10. O sistema deve contemplar a inserção de crédito cumulativos referentes à cada veículo, bem como inserção de créditos em lotes.

2.2. DA IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS

2.2.1. A Empresa contratada obriga-se a implantar no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato o serviço de administração e gerenciamento do abastecimento de combustíveis e de limpeza simples (lavagem e aspiração) da frota da CONTRATANTE, sistema informatizado, sem qualquer custo adicional para a CONTRATANTE, que habilitará os condutores para aquisição de combustível e limpeza simples junto aos postos credenciados pela CONTRATADA. A implantação pela CONTRATADA compreende:

2.2.1.1 Planejamento da implantação e validação pela CONTRATANTE;

2.2.1.2 Cadastramento e registro de todos os veículos da frota da CONTRATANTE;

2.2.1.3 Cadastramento de todos os usuários e condutores da CONTRATANTE;

2.2.1.4 Notificação da rede de postos de abastecimento credenciados, eleita pela CONTRATANTE;

2.2.1.5 Identificação visual e divulgação da rede de postos de abastecimento;

2.2.1.6 Alimentação dos Créditos financeiros nos Cartões dos veículos cadastrados via internet ou por telefone;

2.2.1.7 Implantação e parametrização dos sistemas tecnológicos;

2.2.1.8 Confecção e distribuição de cartões, conforme necessidade da CONTRATANTE, sem custo adicional, no prazo de 07 (sete) dias úteis, após assinatura do Contrato;

2.2.1.9 Apresentação do sistema e treinamento de usuários;

2.2.1.10 Treinamento dos postos de abastecimento de combustíveis da rede credenciada;

2.2.1.11 Recadastramento de toda a frota da CONTRATANTE, sempre que necessário.

2.2.1.12 O sistema deverá conter ferramenta para bloqueio de abastecimento e limpeza em intervalo de tempo a ser definido pelos administradores.

2.2.1.13 O sistema deverá contemplar ferramenta para limitar o pagamento que exceda à capacidade dos litros dos tanques dos veículos disponíveis a ser definida pelos administradores.

2.2.1.14 A alimentação dos créditos financeiros nos cartões citada no item 2.2.1.6, será efetuada conforme necessidade da Contratante, não podendo a Contratada estabelecer limite para inserção de valores.

2.2.2 Ampliar e disponibilizar Rede de Postos credenciados, incluindo outras localidades, mediante solicitação da CONTRATANTE, sempre que houver condições para tal, no prazo máximo de 30 (trinta) dias do recebimento do referido pedido.

2.2.3. Pagar pontualmente, os postos credenciados, pelo combustível/limpeza consumido, ficando claro que a CONTRATANTE não responde solidária ou subsidiariamente por esse pagamento, que é de total responsabilidade da CONTRATADA.

2.2.4 Manter nos Postos credenciados à sua rede, em local visível, a identificação visual de sua adesão ao sistema, objeto deste Contrato.

2.2.5. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quanto à execução dos serviços contratados.

2.2.6. Disponibilizar para a CONTRATANTE por meio de mídia eletrônica, os dados operacionais e financeiros da frota, obtidos durante a vigência do contrato, inclusive após o seu término, por um prazo de 05 (cinco) anos.

2.2.7. Manter-se durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei n.º 8666/93 e suas alterações, para comprovação sempre que necessário for, junto à CONTRATANTE.

2.2.8. Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou acompanhamento pela CONTRATANTE.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

2.2.9. Indicar preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representar a CONTRATADA na execução do Contrato com número de telefone disponível para contato 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana.

2.2.10. Disponibilizar, sem ônus a CONTRATANTE, as atualizações das funcionalidades do software previsto para gerenciamento do sistema.

2.2.11. Guardar sigilo sobre as informações da CONTRATANTE constante do seu banco de dados, devendo mantê-las arquivadas e disponíveis ao CONTRATANTE, após a extinção do contrato, por no mínimo, 05 (cinco) anos.

2.2.12. Enviar mensalmente à CONTRATANTE a relação de postos cadastrados.

2.2.13. Comunicar à CONTRATANTE imediatamente cada exclusão ou inclusão de postos na rede credenciada.

2.2.14. A Contratada deverá, excepcionalmente, às 00hs:01min do dia primeiro de janeiro do respectivo ano correspondente ao contrato, programar que esteja inserido créditos nos cartões conforme solicitação do Setor de Transportes e Logística, ficando as demais inserções sob a responsabilidade da contratante.

2.3. DOS CARTÕES PARA O ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS E LAVAGEM

2.3.1. Cada cartão destinado ao veículo é de uso exclusivo do veículo nele identificado, não sendo permitido o abastecimento de combustíveis e realização de limpeza ou qualquer outra despesa em veículo diverso daquele, sendo responsabilidade da CONTRATADA a apresentação de solução que iniba ou identifique com agilidade e segurança as eventuais utilizações não autorizadas, salvo na utilização de veículos reserva.

2.3.2. Os cartões deverão ser fornecidos, devidamente personalizados, um para cada veículo, identificados por nomenclatura, placa e outras informações disponibilizadas pelo sistema.

2.3.3. Somente serão realizadas operações que não ultrapassem o limite de crédito de cada veículo, estabelecido pelo gestor contratante.

2.3.4. Na hipótese do crédito tornar-se insuficiente por motivos alheios à gestão (ocorrências operacionais não programadas, tarefas extras, entre outros), apenas o responsável pela gestão dos veículos, e devidamente autorizado pela CONTRATANTE, poderá realizar um crédito adicional somente para o período necessário.

2.3.5. O sistema deverá imprimir no comprovante de transação as informações abaixo, independentemente de solicitação prévia do portador e sem custo adicional para a CONTRATANTE, indispensáveis à manutenção da segurança e controle do sistema:

2.3.5.1. O saldo remanescente do cartão destinado ao veículo.

2.3.5.2. O hodômetro do veículo no momento do abastecimento.

2.3.5.3 O nome do estabelecimento comercial onde foi efetivada a transação de aquisição de Combustível.

2.3.5.4 A data e hora da transação, quantidade em litros ou m³ de combustíveis.

2.3.5.5 Tipo de Combustível adquiridos.

2.3.5.6 Valor total da operação com discriminação do preço à vista do combustível registrado no ato do abastecimento de cada veículo.

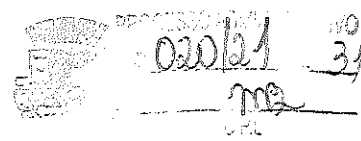
2.3.5.7 Código de identificação do Condutor do veículo no ato do abastecimento de combustíveis.

2.3.6. A CONTRATANTE não se responsabilizará pelo ressarcimento da prestação de serviço quando realizada sem a utilização do cartão apropriado, para aquisição de combustíveis e lavagens.

2.3.7. É de responsabilidade da CONTRATANTE, garantir que as informações digitadas no momento da transação na rede de postos varejistas credenciados sejam verídicas. Caso haja enganos ou distorções a CONTRATADA deverá disponibilizar relatórios que possibilitem a identificação das anomalias, em tempo hábil de correção.

2.4. DO USO DOS CARTÕES DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS E LAVAGEM

2.4.1. Para utilização do cartão do veículo por ocasião do abastecimento e ou lavagem, o motorista deverá apresentá-lo ao estabelecimento credenciado onde, através do equipamento da CONTRATADA, será efetuada a identificação da placa do veículo, a consistência do hodômetro, conferência da capacidade do tanque do veículo, combustíveis autorizados para compra, que foram definidos individualmente para cada veículo da frota da CONTRATANTE, valor e a respectiva identificação do condutor. Finalizada a operação o condutor digitará a



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

senha exclusiva do sistema para autorizar a transação, recebendo um termo impresso pelo equipamento da CONTRATADA, instalado no estabelecimento credenciado denominado comprovante de transação, contendo todas as informações referentes às compras de Combustível e serviços de lavagem realizados no referido estabelecimento, o qual se constituirá em título extrajudicial.

2.4.2. Em caso de danos involuntários ao cartão do veículo ou ao equipamento da CONTRATADA, instalado em sua rede de estabelecimentos credenciados, ou em situações de força maior (falta de energia elétrica, etc.), obriga-se a CONTRATADA a disponibilizar procedimento de compra e ou serviços em contingência, caso não seja possível realizar a transação eletrônica, através de serviço de atendimento ao cliente disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, que consiste na obtenção, por telefone, por parte do posto varejista, do número da autorização de compra a ser transcrito para um formulário específico da CONTRATADA, que garanta a manutenção das informações necessárias ao controle e gestão da frota da CONTRATANTE, visando não prejudicar a continuidade das atividades operacionais de sua frota.

2.5. DOS RELATÓRIOS DO SISTEMA DA CONTRATADA

2.5.1. Os Relatórios do sistema informatizado de gerenciamento do abastecimento de combustíveis e lavagens disponibilizado pela CONTRATADA deverão conter no mínimo:

2.5.1.1 Relação dos veículos por unidade gestora/centro de custo.

2.5.1.2 Histórico das operações realizadas pela frota contendo: Data, hora, local, identificação do estabelecimento, identificação do usuário, mercadoria ou serviço adquirido, quantidade adquirida e valor total da operação e saldo.

2.5.1.2.1 O histórico a que se refere a cláusula supracitada deverá contemplar a possibilidade da inserção de parâmetros variados para análise da periodicidade do consumo, como por exemplo: diário, mensal, anual e por período a ser definido pelo usuário do sistema.

2.5.1.3 Análise e histórico de consumo de combustível e lavagem dos veículos individualizado da frota.

2.5.1.3.1 Análise e histórico de consumo de combustível e lavagem total da frota individualizado por veículo, disponível em arquivo pdf, de forma que cada página contenha o relatório de um único veículo.

2.5.1.4 Quilometragem percorrida pela frota e média de consumo por litro.

2.5.1.5 Histórico das operações realizadas por usuário previamente autorizado pela CONTRATANTE.

2.5.1.6 Histórico das operações realizadas por estabelecimento credenciado.

2.5.1.7 Preço médio pago por tipo de Combustível / serviços adquiridos pela frota.

2.5.1.8 Preço constante na bomba no ato de abastecimento e o valor médio da ANP correspondente ao município de abastecimento vinculador do limite de pagamento do aludido abastecimento devidamente parametrizado.

2.5.1.9 Nos municípios em que não houver divulgação mensal dos preços pela ANP, será considerado o valor médio da macro região em que o município estiver localizado, conforme mapa anexo I da Lei Estadual nº 9.769/2011.

2.5.2. Relação mensal contendo a identificação do preço à vista registrado no ato do abastecimento de cada veículo.

2.5.3. Descritivo dos limites de créditos distribuído aos veículos da frota ou grupo de veículos previamente estabelecidos na implantação.

2.5.4. Volume de gastos realizados por tipo de mercadoria ou serviço.

2.5.5. Indicação dos veículos que apresentem distorções em termos de quilometragem e consumo de combustíveis.

2.5.6. Disponibilidade para a CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro horas) contadas da ocorrência do evento, das informações referente às operações da frota, por meio eletrônico, via download, em arquivos nos formatos e descrições de campos a serem fornecidos pela CONTRATANTE.

2.5.7. Preços de combustíveis praticados na rede credenciada.

2.5.8. Dados operacionais:

2.5.8.1 Inconsistência de hodômetro.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

2.5.8.2 Totais e medias de consumo por combustíveis.

2.5.8.3 Total e Histórico de abastecimentos.

2.5.8.4 Abastecimento de combustíveis por veículos.

2.5.8.5 Abastecimentos por condutor.

2.5.8.6 Abastecimento de combustíveis por Posto / Fornecedor.

2.5.8.7 Veículos com desvio da média km/litro padrão.

2.5.8.8 Veículos com abastecimento de combustíveis acima da capacidade do tanque e demais relatórios de exceção que venham a ser especificados pela CONTRATANTE, desde que as informações estejam disponíveis no sistema da contratada.

2.5.8.9 Relação de veículos próprios e veículos locados

2.5.8.10 Relação de cartões comuns e cartões provisórios.

2.5.8.11 Histórico de valores creditados por veículo.

020/21 Pg. 32
ma
CEL

2.6. DA REDE CREDENCIADA DA CONTRATADA

2.6.1 A Contratada deverá manter em sua rede credenciada nos municípios que fazem parte da região metropolitana da Grande Vitória, o quantitativo mínimo de postos para abastecimento e limpeza simples (lavagem e aspiração) durante toda a execução do Contrato, conforme descritivo abaixo.

MUNICÍPIO	QUANTIDADE
Cariacica	6
Fundão	2
Guarapari	6
Serra	6
Vitória	6
Vila Velha	6
Viana	3

2.6.2. A Contratada deverá manter em sua rede credenciada o mínimo de 01 (um) posto para abastecimento e limpeza simples (lavagem e aspiração) em cada município do Estado do Espírito Santo, que não esteja mencionado no item 2.6.1, durante toda a execução do Contrato.

2.6.3 A Contratada deverá ter credenciado o mínimo de 02 (dois) postos para abastecimento e limpeza simples (lavagem e aspiração) no raio máximo de até 05 (cinco) quilômetros de distância da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, dentro de município de Vitória.

2.6.4 Disponibilizar rede de postos ao longo de toda extensão de BR 101, BR 262 e rodovias estaduais.

2.6.5 Caso o posto credenciado em atendimento aos itens anteriormente mencionados não ofereça serviço de limpeza próprio por motivo de terceirização ou outros, a Contratada deverá buscar o credenciamento de mais de um posto para garantir o serviço de abastecimento e limpeza simples (lavagem e aspiração) no município.

2.6.5.1 A Contratada fica isenta do cumprimento do item 2.6.5 nos municípios onde houver somente 01 (um) posto de combustível.

2.6.6. A Contratada deverá apresentar no prazo de 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, juntamente com a implantação do sistema, a declaração de credenciamento da rede de postos de abastecimento de combustíveis e prestação de serviços de lavagem.

2.6.7. A Contratante poderá solicitar a ampliação da rede credenciada, durante toda a execução do Contrato, conforme necessidade de melhoria na disponibilidade de postos em regiões específicas ou municípios do Estado do Espírito Santo.

2.6.8. Caso haja a inclusão de novos municípios, e por consequência, ampliação da rede credenciada de postos de combustíveis, o preço máximo a ser pago pelos combustíveis será aquele indicado na Cláusula Sexta do presente Contrato, reduzido do percentual de desconto proposto pelo Contratado.

2.7 DOS QUANTITATIVOS ESTIMADOS

2.7.1 Deverão ser considerados os seguintes quantitativos:



020/21 33
ma
CPI

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA
01	Frota estimada de veículos	Und	37
ITEM	QUANTIDADE DE CARTÕES	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA
02	Cartões para veículos	Und	37

2.7.2 - A discriminação da frota de veículos da CONTRATANTE poderá sofrer acréscimo ou diminuição, acarretando alteração no consumo de produtos ou serviços, não podendo, todavia, onerar a taxa de administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE FORNECIMENTO

3.1 - Fica estabelecida a forma de fornecimento parcelada, nos termos do art. 6º da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DOS CARTÕES

4.1. Nos casos citados no item 11.3.2, o prazo de entrega dos cartões é de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da solicitação da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, em atendimento ao item 11.2.13.

4.2. Os cartões para os veículos indicados pela CONTRATANTE deverão ser entregues no Setor de Transportes da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, localizado na Av. Américo Buaiz, 205, 4º andar, Enseada do Suá, Vitória/ES – CEP: 29.050-950.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

5.1. Na execução do **CONTRATO**, deverá a **CONTRATADA** permitir a emissão de relatórios gerenciais, controle de saldo via comprovante de venda ou consulta, via internet no site da **CONTRATADA**, dos custos e utilização dos créditos e acesso através de senha por servidor autorizado.

5.2. A **CONTRATADA** deverá apresentar, mensalmente, junto com a nota fiscal eletrônica/fatura, extratos de utilização de créditos na rede de postos credenciados.

5.3. A contratada não cobrará preço ou taxa de emissão inicial dos cartões, nem pela reemissão de quaisquer cartões. Na hipótese de danos, extravio ou perda de cartão (s), devidamente comunicado pela CONTRATANTE, a contratada deverá efetuar o cancelamento de imediato, e repor o(s) cartão (s) sem ônus para a CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA- DO PREÇO E SUA COMPOSIÇÃO

6.1 - O valor do presente **CONTRATO** é de R\$ 947.794,53 (novecentos e quarenta e sete mil, setecentos e noventa e quatro reais e cinquenta e três centavos).

6.2. O critério de julgamento terá como base o valor da taxa de administração, os valores de combustíveis e de lavagem.

6.3. Quanto aos combustíveis, na execução do contrato será pago a contratada o valor referente ao preço na bomba de combustível na data de abastecimento, limitado ao valor médio apurado pela ANP, considerando a taxa de administração.

6.4. Quanto às lavagens será pago o valor estabelecido na licitação.

6.5. Quanto ao sistema de gestão de frota, este será remunerado por meio da taxa de administração a ser licitada e que incidirá sobre o preço total de combustível e da lavagem.

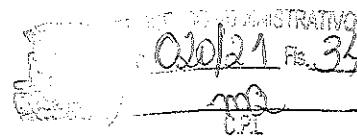
6.5.1. A taxa de administração será de 1,50 % (um vírgula cinquenta por cento) e será fixa e irrevogável.

6.6. O valor a ser pago será o utilizado, não levando em conta o crédito efetuado no cartão.

6.7. Nos municípios onde não houver o registro do preço pela ANP, para efeito de pagamento, será considerado o valor médio da macrorregião em que o município estiver localizado, conforme item 2.5.1.9, no mês de abastecimento, considerando a taxa de administração.

6.8 - A **CONTRATADA** arcará com todos os custos referentes à mão-de-obra direta e/ou indireta, acrescidos de todos os encargos sociais e obrigações de ordem trabalhista, recursos materiais, transporte, seguros de qualquer natureza, perdas eventuais, despesas administrativas, tributos e demais encargos necessários à prestação dos serviços objeto deste **CONTRATO**.

6.9 - Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1 - O pagamento será efetuado, através do depósito em conta corrente da **CONTRATADA**, no Banco por ela indicado, até o 30º (trigésimo) dia consecutivo após a apresentação pela **CONTRATADA**, da(s) Nota(s) Fiscal (ais) /Fatura(s)/ Boletos, no **Setor de Contratos da ALES**, as quais serão encaminhadas para serem devidamente atestada(s) na(s) sua(s) conformidade(s) pelo Gestor designado para acompanhar e fiscalizar a execução contratual, vedada à antecipação.

7.2 - O pagamento somente será efetuado mediante:

- a) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da **CONTRATADA**, através de Certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão;
- b) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (art. 27, a, Lei nº 8.036/90), através da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS;
- c) Prova de situação regular perante o Instituto Nacional de Seguridade Social-INSS (art. 195, § 3º, da Constituição Federal), através da apresentação da CND - Certidão Negativa de Débito.
- d) Prova de situação regular perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.3 - Após a data prevista no item 7.1, será pago multa financeira nos seguintes termos:

$$V.M = V.F \times \frac{12 \times ND}{100 \times 360}$$

Onde:

V.M = Valor da Multa - Financeira

V.F = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso

N.D = Número de dias em atraso

7.4 - Incumbirá à **CONTRATADA** a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da Nota Fiscal/Fatura devida, a ser revisto e aprovado pela **CONTRATANTE**, juntando-se a respectiva discriminação das despesas efetuadas ou memorial de cálculo.

7.5 - Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à **CONTRATADA** para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal ou Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela **CONTRATANTE**.

7.6 - A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente o estabelecido na Lei nº 4.320/64, assim como na Lei Estadual nº 2.583/71 e alterações posteriores.

7.7 - Enviar juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, relatório contendo histórico das operações realizadas por veículo contendo: data, hora, local, identificação do estabelecimento, identificação do usuário, mercadoria ou serviço adquirido, quantidade adquirida, valor total das operações realizada por veículo e valor total das operações realizadas por toda frota e saldo.

7.8 - Os valores totais das operações mencionadas no item 7.7 deverão constar:

- 7.8.1 - Valor do litro no momento do abastecimento e valor total do abastecimento na bomba;
- 7.8.2 - Valor do litro pela ANP e valor total do abastecimento;
- 7.8.3 - Valor da diferença quando o valor total de abastecimento no item 7.8.2 for menor que o item 7.8.1;
- 7.8.4 - Valor do abastecimento com desconto caso seja ofertado pela Contratada conforme item 6.2;
- 7.8.5 - Enviar planilha com o registro de preço pela ANP em atendimento ao item 2.5.1.9

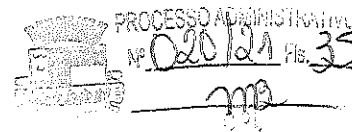
CLÁUSULA OITAVA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

8.1 - A **CONTRATADA**, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de assinatura deste contrato, prestará garantia de cumprimento das obrigações contratuais, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor estimado para a execução dos serviços, conforme disposto no subitem 6.1 deste contrato.

8.1.1 - Esse prazo poderá ser prorrogado por igual período, a juízo da **CONTRATANTE**, à vista das justificativas que lhe forem apresentadas pela **CONTRATADA**.

8.1.2 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa, nos termos do subitem 14.2 da Cláusula Décima Quarta.

8.1.3 - O atraso superior a 30 (trinta) dias corridos, após os prazos previstos, autoriza a **CONTRATANTE** a promover a rescisão deste contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666/1993, sem prejuízo de outras sanções previstas na Lei e neste contrato.

8.2 - Caberá à **CONTRATADA** escolher uma das modalidades previstas no art. 56 da Lei nº 8.666/1993:

- ☐ caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- ☐ seguro-garantia;
- ☐ fiança bancária.

8.3 - Em se tratando de garantia prestada por meio de caução em dinheiro, o depósito deverá ser feito obrigatoriamente no Banco Banestes - agência 0277 - C/Corrente nº 5842109, a qual será devolvida atualizada monetariamente, nos termos do § 4º do art. 56 da Lei nº 8.666/1993.

8.4 - Se a opção for pelo seguro-garantia:

- a) a apólice indicará a **CONTRATANTE** como beneficiária e deve ser emitida por instituição autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar no mercado securitário, que não se encontre sob regime de direção fiscal, intervenção, liquidação extrajudicial ou fiscalização especial e que não esteja cumprindo penalidade de suspensão imposta pela autarquia;
- b) seu prazo de validade deverá corresponder ao período de vigência deste contrato, acrescido de 90 (noventa) dias para apuração de eventual inadimplemento da **CONTRATADA** - ocorrido durante a vigência contratual - e para a comunicação da expectativa de sinistro ou do efetivo aviso de sinistro à instituição emitente, observados os prazos prescricionais pertinentes;
- c) a apólice deve prever expressamente responsabilidade da seguradora por todas e quaisquer multas de caráter sancionatório aplicadas à **CONTRATADA**.

8.5 - Se a opção for pela fiança bancária, o instrumento de fiança deve:

- a) ser emitido por instituição financeira que esteja autorizada pelo Banco Central do Brasil a funcionar no Brasil e que não se encontre em processo de liquidação extrajudicial ou de intervenção da autarquia;
- b) ter prazo de validade correspondente ao período de vigência deste contrato, acrescido de 90 (noventa) dias para apuração de eventual inadimplemento da **CONTRATADA** - ocorrido durante a vigência contratual - e para a comunicação do inadimplemento à instituição financeira, observados os prazos prescricionais pertinentes;
- c) ter afirmação expressa do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento à **CONTRATANTE**, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;
- d) ter renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos arts. 827 e 838 do Código Civil Brasileiro.

8.6 - A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

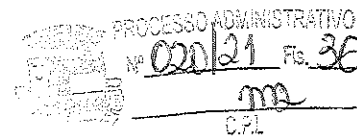
- I) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto deste contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- II) prejuízos causados à **CONTRATANTE** ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução deste contrato;
- III) multas moratórias e punitivas aplicadas pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**; e
- IV) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela **CONTRATADA**.

8.6.1 - A modalidade seguro garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados.

8.7 - Não serão aceitos seguro-garantia ou fiança bancária que contenham cláusulas contrárias aos interesses da **CONTRATANTE**.

8.8 - Sem prejuízo das sanções previstas em lei e neste contrato, a não prestação da garantia exigida implicará sua imediata rescisão.

8.9 - Se o valor da garantia vier a ser utilizado, total ou parcialmente, no pagamento de qualquer obrigação vinculada a este ajuste, incluída a indenização a terceiros, a **CONTRATADA** deverá proceder à respectiva reposição, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação da **CONTRATANTE**.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

8.10 - Se houver acréscimo ao valor deste contrato, a **CONTRATADA** se obriga a fazer a complementação da garantia no prazo máximo 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação da **CONTRATANTE**.

8.11 - Na hipótese de prorrogação deste contrato, a **CONTRATANTE** exigirá nova garantia, escolhida pela **CONTRATADA** entre as modalidades previstas na Lei nº 8.666/1993.

8.12 - O documento de constituição da nova garantia deverá ser entregue à **CONTRATANTE** no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data de assinatura do respectivo termo aditivo.

8.13 - A garantia, ou seu saldo, será liberada ou restituída, a pedido da **CONTRATADA**, no prazo de 90 (noventa) dias após o término do prazo de vigência deste contrato, mediante certificação, por seu gestor ou fiscal, de que os serviços foram realizados a contento e desde que tenham sido cumpridas todas as obrigações aqui assumidas.

8.13.1- Na restituição de garantia realizada em dinheiro, seu valor ou saldo será corrigido com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas, ocorrida no período, ou por outro índice que o venha a substituir.

8.14 - A qualquer tempo, mediante entendimento prévio com a **CONTRATANTE**, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas no subitem 8.2 deste contrato.

8.14.1 Aceita pela **CONTRATANTE**, substituição da garantia será registrada no processo administrativo por meio de Termo Aditivo.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 - Os recursos necessários ao pagamento das despesas inerentes ao **CONTRATO** são provenientes do orçamento próprio da **CONTRATANTE** para o exercício de 2020, consignados na Atividade 2001 - Administração da Unidade - na Natureza de Despesa 33.90.30 - Material de Consumo e 3.3.90.39 - Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA

10.1 - A vigência do **CONTRATO** terá início no dia 01/01/2020 e terá duração até 31/12/2020.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

11.1- Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores.

11.2 - Compete à **CONTRATADA**:

11.2.1 Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do serviço e das condições acordadas com a **CONTRATANTE**.

11.2.2 Relatar à **CONTRATANTE**, toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação do serviço e prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obriga prontamente a atendê-las.

11.2.3. A **CONTRATADA** desenvolverá, às suas expensas, sistema informatizado de gerenciamento do serviço, compatível com o ambiente seguro, via WEB, on-line, interligando os locais de atendimento com a **CONTRATANTE**.

11.2.4. A **CONTRATADA** deverá facultar à **CONTRATANTE** pleno acesso às informações do sistema, inclusive para a extração, a qualquer tempo, de relatórios referentes aos serviços prestados, discriminados, com os respectivos custos.

11.2.5. A **CONTRATADA** deverá treinar e capacitar os servidores indicados pela **CONTRATANTE**, para utilizar todos os recursos do sistema, 10 (dez) dias após a solicitação da contratante.

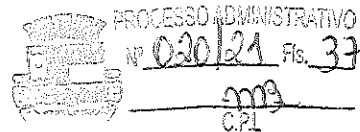
11.2.6. A **CONTRATADA** se responsabilizará pela instalação e disponibilidade dos softwares do sistema via web.

11.2.7. Caberá a **CONTRATADA** reembolsar todos os estabelecimentos que fizerem parte da rede credenciada, inexistindo qualquer relação financeira entre estes prestadores (postos de abastecimento) e a **CONTRATANTE**.

11.2.8. Caberá a **CONTRATADA** disponibilizar suporte técnico através de e-mail, telefone, acesso remoto ou visita in loco de acordo com a necessidade do contratante.

11.2.9. Caberá a **CONTRATADA** disponibilizar ampla capacidade de armazenamento de dados.

11.2.10. Caberá a **CONTRATADA** disponibilizar através do sistema de exportação de dados para vários formatos de arquivos digitais (xls, pdf, txt xlm).



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

11.2.11. A CONTRATADA deverá providenciar a confecção de relatórios específicos, além dos acima previstos, de acordo com as exigências da CONTRATANTE num prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

11.2.12. Manter durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no momento da contratação.

11.2.13 A Contratada deverá providenciar a entrega dos cartões substitutos no Setor de Transportes no prazo de até 07 (sete) dias úteis contados da data de solicitação dos mesmos pela CONTRATANTE em atendimento ao item 11.3.2.

11.2.13 .1 – A Contratada deverá disponibilizar 04 (quatro) cartões coringas/reservas para remanejar ou incrementar créditos caso seja necessário, conforme descritas no item 11.3.2, evitando dessa forma a interrupção de abastecimento para fins de cumprimento do item 11.2.13.

11.2.14 A Contratante poderá solicitar a disponibilização de manual de instruções que descreva o modo de utilização de todas as funcionalidades de seu sistema online e todas as operações dos cartões.

11.3 - Compete ao **CONTRATANTE**:

11.3.1. Caso necessário, estabelecer, para cada veículo que credenciar, de sua propriedade ou locado, um limite de crédito, o qual não poderá ser ultrapassado sem autorização expressa do Gestor de Contrato.

11.3.2. No caso de extravio, roubo ou danos ao cartão de abastecimento, requerer a CONTRATADA a emissão de novo cartão, sem custo adicional para a CONTRATANTE, com o cancelamento do registro do cartão enquadrado dentro das hipóteses anteriormente mencionadas.

11.3.3. Providenciar o cancelamento definitivo dos cartões destinados aos veículos em caso de sua alienação ou sua retirada de circulação.

11.3.4. Informar imediatamente à CONTRATADA, o furto, roubo, extravio, falsificação ou fraude do cartão destinado ao veículo.

11.3.5. Remanejar e/ou incrementar créditos em cada cartão destinado ao veículo.

11.3.6. Efetuar a análise e o atesto nas faturas / notas fiscais emitidas pela CONTRATADA, efetivando o respectivo pagamento.

11.3.7. Designar os gestores para o acompanhamento da execução e da fiscalização da prestação dos serviços, objeto do Contrato, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

11.3.8. Fornecer à CONTRATADA, em conformidade com o plano de implantação, o cadastro completo dos veículos, condutores autorizados, contendo todos os dados necessários ao seu registro, quais sejam:

11.3.8.1 Tipo da frota (própria ou locada);

11.3.8.2 Placa;

11.3.8.3 Marca;

11.3.8.4 Tipo;

11.3.8.5 Combustível (gasolina ou etanol);

11.3.8.6 Capacidade do tanque;

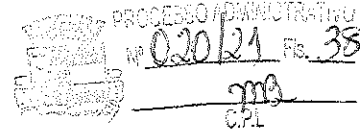
11.3.8.7 Dados do hodômetro;

11.3.8.8 Nome e matrícula dos condutores autorizados.

11.3.9. Identificar junto a CONTRATADA os funcionários que serão usuários do sistema, com poderes para administração plena e apenas acesso às informações, bem como responsabilizar-se pela comunicação prévia, para os casos de demissão, férias ou mudança de lotação.

11.3.10. Como a CONTRATADA disponibilizará acesso ao Sistema de Gestão de Frotas em níveis de acessos compatíveis ao modelo definido pela CONTRATANTE, o mesmo se compromete a estabelecer o nível de permissão (consulta / administração) do acesso ao Sistema de Gestão de Frotas a cada unidade, podendo um ou mais usuários ter acesso completo ou parcial a toda frota, de acordo com suas respectivas responsabilidades.

11.3.11. A existência da fiscalização por parte da CONTRATANTE de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da CONTRATADA na prestação dos serviços assumidos.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

11.3.12. Efetuar os pagamentos nas condições pactuadas, relativos ao consumo e serviços efetivamente utilizados.

11.3.13. Solicitar a substituição de estabelecimentos de atendimentos credenciados cadastrados, que forem considerados incompatíveis.

11.3.14. Notificar a CONTRATADA, por escrito, ocorrência de eventuais imperfeições na execução dos serviços, fixando prazo para sua correção e aplicar as penalidades quando for necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

12.1 - A execução do **CONTRATO** será acompanhada por servidor determinado da **CONTRATANTE**, que terá um de seus membros designado como representante da Administração nos termos do art. 67, da Lei nº 8.666/93, o qual deverá, como condição indispensável ao pagamento, atestar a realização do serviço contratado, por meio de emissão de relatoria mensal das atividades e serviços prestados pela Contratada.

12.2 - A empresa prestadora de serviços sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da unidade competente da **ALES**, que será exercida por um servidor da **CONTRATANTE** denominado gestor, designado para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, competindo-lhe acompanhar, supervisionar, avaliar e atestar a execução do objeto, efetuando os contatos, comunicações e notificações necessárias, atestando as notas fiscais e ou faturas correspondentes, bem como solicitando a eventual aplicação de sanção administrativa à **CONTRATADA**.

12.3 - Quaisquer exigências do Gestor do **CONTRATO**, inerentes ao fiel cumprimento do objeto deste **CONTRATO**, deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**;

12.4 - O gestor do **CONTRATO** anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços mencionados, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e sugerindo aplicação de multa ou rescisão do **CONTRATO**, caso a **CONTRATADA** desobedeça a quaisquer cláusulas estabelecidas neste **CONTRATO**.

12.5 - A fiscalização se reserva o direito de recusar os serviços executados que não atenderem as especificações estabelecidas no **CONTRATO**, no Edital e seus anexos;

12.6 - A **CONTRATADA** fica obrigada a executar os serviços referentes ao objeto licitado relacionado ao Edital e seus anexos, não se admitindo quaisquer modificações sem a prévia autorização da fiscalização;

12.7 - A fiscalização será exercida no interesse da Administração e não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REPRESENTANTE DA CONTRATADA

13.1 - A **CONTRATADA** terá o prazo de 03 (três) dias úteis, após a assinatura deste instrumento, para indicar o representante, bem como o seu substituto, na execução do **CONTRATO**, como preposto. (nome completo, nacionalidade, profissão e condição jurídica do representante da empresa).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DAS PENALIDADES

14.1 - O atraso injustificado na execução do **CONTRATO** sujeitará o licitante **CONTRATADO** à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:

14.1.1 - Fixa-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o valor total reajustado do **CONTRATO**, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o **CONTRATO** encontre-se parcialmente executado;

14.1.2 - Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução dos serviços;

14.1.3 - A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o **CONTRATO** e aplique as outras sanções previstas no item 14.2 deste **CONTRATO** e na Lei Federal nº. 8.666/93;

14.2 - A inexecução total ou parcial do **CONTRATO** ensejará a aplicação das seguintes sanções ao licitante **CONTRATADO**:

- a) advertência;
- b) multa compensatória por perdas e danos, no montante de 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a ALES, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no **CONTRATO** e das demais cominações legais, especificamente nas hipóteses em que o licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o **CONTRATO**, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do **CONTRATO**, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a toda a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "c".

14.2.1 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d" e "e" deste item, não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com a multa compensatória por perdas e danos (alínea "b").

14.2.2 - Quando imposta uma das sanções previstas nas alíneas "c", "d" e "e", o Diretor Geral da Secretaria da ALES submeterá sua decisão à Mesa Diretora da ALES, a fim de que, se confirmada, produza seus efeitos regulares, devendo a ALES publicar o ato.

14.2.3 - Não confirmada as sanções previstas nas alíneas "c", "d" e "e", competirá a ALES, decidir sobre a aplicação ou não das demais modalidades sancionatórias.

14.3 - As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

14.3.1 Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante **CONTRATADO**, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;

14.3.2 A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do **CONTRATADO** reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;

14.3.3 O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do artigo 110 da Lei Federal nº. 8.666/93;

14.3.4 O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do **CONTRATO**, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;

14.3.5 Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei Federal nº. 8.666/93;

14.3.6 O recurso administrativo a que se refere a alínea anterior será submetido à análise da Procuradoria Geral da ALES.

14.4 - Os montantes relativos às multas moratórias e compensatórias aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante **CONTRATADO**, relativos às parcelas efetivamente executadas do **CONTRATO**.

14.5 - Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do **CONTRATO**, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela **CONTRATADA**.

14.6 - Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor da **CONTRATADA**, proceder-se-á, a cobrança judicial da diferença, nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS

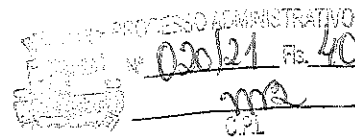
15.1 - Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (dias) úteis da notificação, à **CONTRATANTE**, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos da lei nº 8666/93, art.109.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

16.1 - Este Instrumento de **CONTRATO** guarda inteira conformidade com o Edital, Termo de Referência e Anexos e o Processo nº 191482 do qual é parte integrante, vinculando-se, ainda, a proposta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

17.1 - A execução deste **CONTRATO**, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados supletivamente os princípios da Teoria Geral dos CONTRATOS e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei nº 8.666/93 combinado com o Inciso XII do artigo 55 do mesmo diploma legal, Lei nº 10.520/02, Decreto Federal nº 5450/05, e alterações posteriores.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES

18.1 - Este **CONTRATO** poderá ser alterado mediante Termo Aditivo com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 65 da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA DECIMA NONA - DA MODIFICAÇÃO UNILATERAL

19.1 - A **CONTRATANTE** reserva-se no direito de modificar o **CONTRATO**, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do **CONTRATADO**, conforme art. 58, inciso I da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

20.1 - A **CONTRATADA** obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do **CONTRATO**, de acordo com o Parágrafo Primeiro do art.65 da Lei nº 8.666/93. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos em Lei, salvo, as supressões resultantes de acordo celebrado entre os **CONTRATANTES**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA SUBCONTRATAÇÃO, FUSÃO, CISÃO OU INCORPORAÇÃO.

21.1 - A **CONTRATADA** não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, parte alguma deste **CONTRATO**, sem expressa anuência da **CONTRATANTE**.

21.2 - A fusão, cisão ou incorporação, só será admitida com o consentimento prévio e por escrito da **CONTRATANTE** e desde que não afetem a boa execução do **CONTRATO**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

22.1 - Os empregados e prepostos da **CONTRATADA** não terão qualquer vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, os quais a **CONTRATADA** se obriga a saldar na época devida.

22.2 - É assegurado à **CONTRATANTE** a faculdade de exigir da **CONTRATADA** a qualquer tempo, documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução deste **CONTRATO**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DOS ÔNUS E ENCARGOS

23.1 - Todos os ônus ou encargos referentes à execução deste **CONTRATO** que se destinem à realização dos serviços, locomoção de pessoal, seguros de acidentes, impostos, taxas, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas e outros que forem devidos ficam totalmente a cargo da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL

24.1 - A **CONTRATADA** responderá por qualquer dano, prejuízo pessoal ou material que seus empregados ou prepostos, em razão de ato comissivo ou omissivo, independente de averiguação de culpa ou dolo, excepcionando-se as hipóteses de caso fortuito, força maior, fato exclusivo da vítima e fato exclusivo de terceiro, venham a causar aos bens da **CONTRATANTE** em decorrência da prestação dos serviços objeto deste **CONTRATO**, incluindo-se, também, os danos materiais ou pessoais a terceiros, a que título for.

24.2 - A **CONTRATANTE** estipulará prazo à **CONTRATADA** para reparação de danos porventura causados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DA RESCISÃO

25.1 - A inexecução total ou parcial do **CONTRATO** enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas neste **CONTRATO**, em lei ou regulamento.

25.2 - A rescisão do **CONTRATO** poderá ocorrer, ainda, nas seguintes hipóteses:

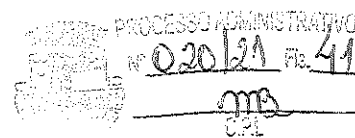
I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III - a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

IV - o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

V - a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

VI - a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do **CONTRATADO** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no **CONTRATO**;

VII - o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

VIII - o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei 8.666/93.

IX - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

X - a dissolução da sociedade ou o falecimento do **CONTRATADO**;

XI - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do **CONTRATO**;

XII - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o **CONTRATANTE** e exaradas no processo administrativo a que se refere o **CONTRATO**;

XIII - a supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do **CONTRATO** além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93;

XIV - a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao **CONTRATADO**, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

XV - o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao **CONTRATADO** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

XVI - a não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

XVII - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do **CONTRATO**.

Parágrafo único. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

XVIII - descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

25.3 - A rescisão do **CONTRATO** poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do subitem anterior;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

III - judicial, nos termos da legislação;

§ 1º A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

§ 2º Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do subitem anterior, sem que haja culpa do **CONTRATADO**, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

I - devolução de garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do **CONTRATO** até a data da rescisão;

III - pagamento do custo da desmobilização.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

§ 3º Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do **CONTRATO**, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo.

25.4 - A rescisão de que trata o inciso I do subitem anterior acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste **CONTRATO**:

I - assunção imediata do objeto do **CONTRATO**, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II - ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do **CONTRATO**, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do art. 58 da Lei 8.666/93;

III - execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;

IV - retenção dos créditos decorrentes do **CONTRATO** até o limite dos prejuízos causados à Administração.

§ 1º A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II deste item fica a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

§ 2º É permitido à Administração, no caso de **recuperação judicial ou extrajudicial** do **CONTRATADO**, manter o **CONTRATO**, podendo assumir o controle de determinadas atividades de serviços essenciais.

§ 3º Na hipótese do inciso II deste item, o ato deverá ser precedido de autorização expressa da Administração, conforme o caso.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

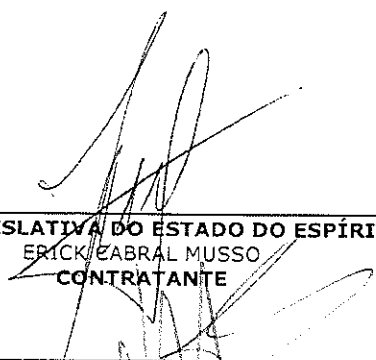
26.1 - Incumbirá a **CONTRATANTE** providenciar a publicação deste instrumento de **CONTRATO**, por extrato, no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo - DIO/ES, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, conforme Parágrafo único do art. 61 da lei 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DO FORO

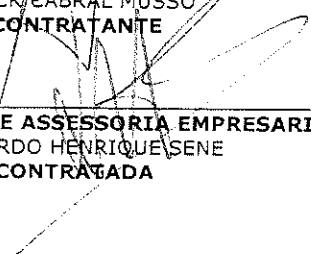
27.1 - Fica estabelecido o Foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo para dirimir quaisquer dúvidas oriundas direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justos e acordados, assinam o presente **CONTRATO** em 03 (três) vias de igual teor, para que produza seus efeitos legais.

Vitória, 04 de dezembro de 2019.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ERICK CABRAL MUSSO
CONTRATANTE



PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA
LEONARDO HENRIQUE SENE
CONTRATADA


Marlene de Jesus Santos
Superv. do Setor de Contratos
Matrícula nº 239745